

João Gomes Cravinho

Ministro da Defesa Nacional

Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, por ocasião da sessão de apresentação das FND para 2021 aos Órgãos de Comunicação Social

Auditório do JALLC, Unidade de Apoio do Reduto Gomes Freire (CCOM), Oeiras, 6 de janeiro de 2021

Muito bom dia a todas e a todos.

Uma parte fundamental da ação da defesa nacional desde há cerca de 25 anos, prende-se com a presença das forças armadas portuguesas em missões de paz e de estabilização fora do território nacional. Esta opção tomada por António Vitorino e António Guterres foi fundamental para projetar as nossas Forças Armadas num caminho de renovação, e o resultado foi uma transformação profunda, sendo que hoje uma das características essenciais das nossas Forças Armadas é precisamente a sua capacidade de servir os interesses nacionais em missões de paz internacionais.

Esta presença em missões internacionais é um importante contributo para a paz e a estabilidade em regiões de interesse estratégico nacional, é uma fonte de prestígio para o nosso país, afirmando Portugal como um aliado credível.

Desde a década de 1990 Portugal tem empenhado, de forma regular, contingentes no âmbito das missões da ONU, da NATO e da União Europeia.

Este empenhamento é rigorosamente pautado pelo respeito do direito internacional, significando isso que as missões em que as Forças Armadas portuguesas são empenhadas estão sempre devidamente enquadradas por mandatos do Conselho de Segurança da ONU, com o objetivo de manter e promover a paz e a segurança globais e, por conseguinte, a segurança nacional.

Em 2021 afetaremos cerca de 65 milhões de euros às nossas FNDs, o que representa um acréscimo de cerca de 5% em relação a 2020. As missões no âmbito da ONU, da NATO e da UE serão a principal prioridade, com a alocação da maior fatia do orçamento global das FNDs (quase 50 Milhões de Euros, num total de 65 milhões de Euros para 2021) e com a maior e mais significativa alocação de meios humanos e equipamentos, comparativamente às restantes missões.

Em termos de linhas políticas de orientação, as principais são a defesa coletiva do espaço euro-atlântico, e a segurança coletiva no quadro da ONU. No entanto, impõe-se uma perspetiva cada vez mais integrada da nossa ação, até pela natureza plurianual dos compromissos assumidos.

Em 2021, para além das Missões de Treino da UE no Mali, na RCA e na Somália, que se aproximam dos modelos desenvolvidos no âmbito da CDD, Portugal mantém também uma presença regular de Forças Nacionais Destacadas no âmbito da sua cooperação bilateral e multilateral, ao abrigo de acordos intergovernamentais e a pedido das autoridades que recebem no seu território as nossas forças.

Neste âmbito, a presença de FNDs deverá potenciar a ação em curso no âmbito das assessorias militares da rede de Cooperação no Domínio da Defesa, nomeadamente no espaço da CPLP.

Moçambique, em particular, enquadra-se nessas sinergias, já que a revisão em curso do Programa Quadro de Cooperação deverá prever o reforço do treino e formação, num contributo para lidar com a ameaça do terrorismo jihadista que nos ameaça a todos, africanos e europeus.

É nossa expectativa que, durante 2021, seja possível trabalhar não somente a nível bilateral com Moçambique, mas também com os parceiros da União Europeia para aprofundar esse contributo e colaborar ativamente com as autoridades moçambicanas em prioridades definidas em conjunto para bem da segurança deste país irmão e da segurança regional e global.

Em meados do ano de 2020, tal como em todos os anos, emiti a Diretiva Ministerial de Orientação Política para o Planeamento das Forças Nacionais Destacadas para o ano civil de 2021. Com base nessa diretiva o EMGFA desenvolveu o trabalho de planeamento específico.

A Diretiva identifica um conjunto de prioridades geográficas que estão refletidas nas missões para 2021 e que estão alinhadas com as prioridades definidas pelo Governo para a Presidência Portuguesa da UE na área da segurança e defesa.

Salientaria os seguintes:

1. reforço da nossa postura no Atlântico, nomeadamente através da participação em missões de fiscalização conjunta no Golfo da Guiné e em exercícios no

domínio da segurança marítima. Em 2021, isso reflete-se na missão Mar Aberto, no exercício Obangame Express e na capacitação da Guarda Costeira de São Tomé.

2. Garantir uma presença no Mediterrâneo, no quadro da segurança cooperativa, nomeadamente através da cooperação reforçada com os países do Magrebe e da participação em missões de fiscalização conjunta, em exercícios no domínio da segurança marítima e em operações de estabilização e de paz. Aqui destacaria a participação nas missões IRINI e SEA-GUARDIAN, da UE e da NATO respetivamente, mas também o investimento político e militar que Portugal tem feito e continuará a fazer no *Framework for the South* da NATO.

3. Privilegiar missões e operações que, especificamente, contribuam para a estabilidade da nossa vizinhança próxima, na defesa de uma fronteira avançada da Europa, em particular, no Magrebe e no Sahel. Aqui consideramos essencial criar sinergias e complementaridade entre os objetivos definidos pela UE, as missões da ONU e as coligações internacionais *ad hoc* no terreno. Em 2021, Portugal manterá o seu compromisso com as missões da ONU e da UE no Mali e na RCA, e as missões da UE na Somália, nomeadamente a Missão Atalanta e a EUTM Somália, bem como com as operações Corymbe e Takuba, esta que é uma missão multilateral liderada pela França no Mali.

4. O nosso compromisso de solidariedade e defesa coletiva no quadro da NATO, em 2021, refletir-se-á na participação em operações militares e/ou em missões de assessoria a decorrer tanto no Iraque como no Afeganistão, bem como no assegurar da segurança e defesa do Continente Europeu através dos mecanismos estabelecidos na Cimeira de Gales, nomeadamente, as *Assurance Measures*, a *Enhanced Forward Presence* e a *Tailored Forward Presence*, na Europa Central e de Leste.

Para além das prioridades geográficas, esta Diretiva torna mais evidente também a necessidade de assegurar uma maior articulação com os componentes civis da segurança internacional. Assim, destacamos o combate ao crime organizado e ao terrorismo transnacional, a cooperação com os elementos civis das missões PCSD da UE e o reforço do contributo da defesa para a gestão civil de crises, com capacidades destacáveis como aqueles que estão a ser usadas no âmbito do combate à pandemia da COVID-19 ou de unidades de estabilização e reconstrução para cenários de emergência civil, nomeadamente aqueles que decorram de eventos climáticos ou naturais extremos.

Concluiria salientando a necessidade de encontrar os equilíbrios que são a essência de qualquer boa estratégia, entre os meios disponíveis, os interesses nacionais prioritários e as solicitações dos nossos aliados e parceiros, num exercício complexo, mas que Portugal tem bem definido.

Continuamos a ver a excelência dos nossos militares como a pedra angular da nossa credibilidade enquanto produtor de segurança internacional. Exemplo disso são as distinções atribuídas aos nossos militares, como aconteceu recentemente com a Força de Reação Rápida e do Destacamento de Apoio Nacional, da 5ª Força Nacional Destacada na NATO “Resolute Support Mission”, no Afeganistão.

Muito obrigado.